

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em milhares de reais (exceto valor unitário por ação)

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No exercício, a DTVM apresentou um lucro líquido de R\$ 211.138, correspondente a R\$ 4.222,76 por ação. Em 31 de dezembro de 2025 o valor patrimonial

por ação atingiu R\$ 14.828,96.

Gestão de Pessoas: A DTVM adota a Política de Igualdade de Oportunidades, Antidiscriminação e Antiassédio do Grupo JPMorgan para assegurar um ambiente de trabalho inclusivo, no qual todos se sintam respeitados e empoderados. Em consonância com o seu acionista, Banco J.P. Morgan S.A., a DTVM segue diretrizes globais e possui políticas de remuneração voltadas ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Comitê de Auditoria
O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por cinco membros.

São Paulo, 26 de março de 2026

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Dezembro-2025	Passivo	Nota	Dezembro-2025
Circulante		2.912.550	Circulante		2.177.869
Disponibilidades	4	259	Passivos financeiros		2.098.435
Ativos financeiros		2.911.965	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		2.098.435
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		2.911.965	Outros depósitos.....	5.2	2.095.763
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	5.1	2.905.197	Outros passivos financeiros.....	5.3	2.672
Outros ativos financeiros.....	5.3	6.768	Obrigações fiscais correntes	6a	76.934
Outros ativos		326	Outros passivos		2.500
Não circulante		39.573	Não circulante		32.806
Ativos financeiros		31.799	Obrigações fiscais diferidas	6b	6.716
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		31.799	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	7	25.818
Outros ativos financeiros.....	5.3	31.799	Outros passivos	7	272
Ativos fiscais diferidos	6b	7.746	Patrimônio líquido	8	741.448
Imobilizado		28	Capital social.....		550.500
Imóveis e outras imobilizações de uso.....		769	Reservas de capital.....		2.583
(-) Depreciações acumuladas.....		(741)	Reservas de lucros.....		188.365
Total do ativo		2.952.123	Total do passivo e patrimônio líquido		2.952.123

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados		Total
		Capital social	Reserva de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2024		550.500	2.583	57.250	289.977	-	-	900.310
Em 1º de janeiro de 2025		550.500	2.583	57.250	289.977	-	-	900.310
Total do resultado abrangente do período.....		-	-	-	-	211.138	211.138	211.138
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	211.138	211.138	211.138
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal.....	8	-	-	10.557	-	(10.557)	-	-
Reserva estatutária.....	8	-	-	-	100.581	(100.581)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1.400,00 por ação).....	8	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)	(70.000)
Dividendo (R\$ 6.000,00 por ação).....	8	-	-	-	(270.000)	(300.000)	(300.000)	(300.000)
Em 31 de dezembro de 2025		550.500	2.583	67.807	120.558	-	-	741.448
Em 30 de junho de 2025		550.500	2.583	61.366	289.977	78.197	982.623	
Total do resultado abrangente do período.....		-	-	-	-	128.825	128.825	128.825
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	128.825	128.825	128.825
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal.....	8	-	-	6.441	-	(6.441)	-	-
Reserva estatutária.....	8	-	-	-	100.581	(100.581)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 1.400,00 por ação).....	8	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)	(70.000)
Dividendo (R\$ 6.000,00 por ação).....	8	-	-	-	(270.000)	(300.000)	(300.000)	(300.000)
Em 31 de dezembro de 2025		550.500	2.583	67.807	120.558	-	-	741.448

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Distribuidora” ou “Instituição”) é uma controladora direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram aprovadas por sua Diretoria em 24 de março de 2026.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

(a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução BCB nº 2 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, sendo observados também os critérios dispostos na Resolução BACEN nº 352. Conforme Art. 102 da Resolução BACEN nº 352, fica dispensada a apresentação comparativa de períodos anteriores nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site <https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>.

(b) Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 - A Resolução BCB nº 352 estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa; a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; a designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e a evidencição de informações de instrumentos financeiros. A implementação das mudanças introduzidas por tal Resolução não gerou alteração no valor patrimonial da Distribuidora.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez e prazo original de vencimento em até 3 meses.

b) Reconhecimento, classificação, mensuração e baixa de instrumentos financeiros
No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) são designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter esses instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro geram fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) são designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter esses instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para a venda desses instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro geram fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. • **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR):** essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • **Passivos financeiros:** são mensurados ao custo amortizado, com exceção dos passivos financeiros derivativos e passivos financeiros gerados em empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, que são classificados na categoria valor justo no resultado, e dos compromissos de crédito, créditos a liberar e garantias financeiras prestadas, que são reconhecidos e mensurados conforme regulamentação específica. **Modelo de negócios:** Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para geração dos fluxos de caixa. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e fluxos de caixa pela venda dos instrumentos; ou iii) outros. É necessária a aplicação do Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”) para os ativos financeiros classificados nos modelos de negócios i) e ii). **Teste de SPPJ:** É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os fluxos se constituem apenas em pagamento de principal e juros, sendo considerados os elementos mais significativos como: o valor do dinheiro no tempo, o risco de crédito, margem de lucro, e custos da operação. **Taxa de juros efetiva:** É a taxa que equaliza os pagamentos e recebimentos de caixa estimados durante o prazo contratual do instrumento financeiro, incluindo-se os custos de transação e valores a receber que sejam individualmente atribuíveis às operações. **Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros só devem ser reclassificados, de forma prospectiva, e subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios. **Baixa de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando todos os riscos e benefícios são transferidos substancialmente de propriedade do ativo, e a transferência se qualifica para baixa. Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuada o reconhecimento de um passivo pelo contraprestação recebida. O passivo financeiro é baixado quando a obrigação especificada no contrato for paga, cancelada ou vencida. **c) Mensuração das perdas de crédito esperadas** - A Instituição utiliza um modelo de três estágios para mensuração da perda de crédito esperada com base em alterações na qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial: • **Estágio 1:** instrumentos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Instrumentos classificados no Estágio 1 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência de até 12 meses. • **Estágio 2:** instrumentos financeiros que apresentaram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, apresentem atraso superior a 30 dias no pagamento, ou atraso superior a 60 dias em casos específicos se comprovado que não houve aumento significativo no risco de crédito. Instrumentos classificados no Estágio 2 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência relativa ao instrumento. • **Estágio 3:** instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos. Instrumentos classificados no Estágio 3 possuem provisões para perdas de crédito esperadas estimadas com base na probabilidade de inadimplência relativa ao prazo esperado do instrumento. Neste estágio, o reconhecimento de receitas é cessado, e o resultado é reconhecido apenas no recebimento efetivo do caixa. **d) Imobilizado** - Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.

e) Passivos contingentes e obrigações legais - Os passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhistas, cíveis e outros riscos. A Administração, baseada na

opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como possíveis são divulgados em nota explicativa, porém, conforme norma vigente, não é requerido provisionamento. Os processos cujos riscos de perda sejam classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2025: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.

g) Dividendos e juros sobre capital próprio - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos a pagar devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 3 meses.

	Dezembro de 2025
Disponibilidades.....	259
Aplicações em operações compromissadas.....	2.444.164
Total	2.444.423

5. Instrumentos financeiros

São compostos por aplicações em depósitos interfinanceiros, negociação e intermediação de valores, outros ativos e outros passivos. Os instrumentos financeiros estão classificados integralmente na categoria custo amortizado e no estágio 1.

5.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações em depósitos interfinanceiros possuem vencimento em até 1 ano:

	Dezembro de 2025
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	461.033
Aplicações em operações compromissadas.....	2.444.164
Total	2.905.197

Conforme nota 4, o total de aplicações em operações compromissadas no valor de R\$ 2.444.164 foi considerado como caixa e equivalentes de caixa.

5.2. Outros depósitos - Referem-se a saldos disponíveis de clientes no valor de R\$ 2.095.763, em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

5.3. Outros ativos/passivos financeiros - Outros ativos financeiros estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias, no valor de R\$ 31.799 e rendas de serviços prestados a receber no valor de R\$ 5.224. Outros passivos financeiros referem-se à provisão para pagamentos relacionados a despesas administrativas no valor de R\$ 2.672.

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Obrigações fiscais correntes - Referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 75.069.

b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2025
Contingências.....	6.277
Provisão de honorários advocatícios.....	824
Provisão para participações nos lucros.....	637
Outros.....	8
Ativos fiscais diferidos - ativo	7.746
Obrigações fiscais diferidas - passivo	6.716

Em 2025, foi constituído ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 1.036 e realizado R\$ 545. Em 2025 foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 571. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 7.746 é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
9%	2%	2%	5%	5%	9%	9%	18%	18%	23%

Com base na Resolução BCB nº 2 os créditos tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 3.290. A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2025.

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Dezembro de 2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	305.620
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes.....	(122.248)
Juros sobre o capital próprio.....	28.000
Outros.....	(234)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos.....	27.766
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(94.482)

7. Passivos contingentes e obrigações legais

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentadas:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Provisões de 2025
Fiscais e previdenciárias.....	25.818
Total	25.818

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias de 2025
Saldo inicial	24.549
Despesas financeiras – juros.....	1.269
Saldo final	25.818

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Julho-Dezembro 2025	Janeiro-Dezembro 2025
Receitas da intermediação financeira		161.939	296.972
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		161.939	296.972
Resultado de variação cambial líquida		123	(440)
Resultado bruto da intermediação financeira		162.062	296.532
Outras receitas (despesas) operacionais		6.387	9.088
Receitas de prestação de serviços.....	11a	29.765	56.761
Despesas de pessoal.....		(5.932)	(11.938)
Outras despesas administrativas.....	11b	(7.032)	(17.757)
Despesas tributárias.....		(9.082)	(16.726)
Outros resultados operacionais.....		(649)	17
Outras despesas com provisões.....	11c	(683)	(1.269)
Resultado operacional		168.449	305.620
Resultado antes da tributação sobre o lucro		168.449	305.620
Imposto de renda e contribuição social	6	(39.624)	(94.482)
Provisão para imposto de renda.....		(24.684)	(58.785)
Provisão para contribuição social.....		(15.149)	(35.617)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido.....		209	(80)
Lucro líquido do período		128.825	211.138
Quantidade de ações	8	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do período - R\$...		2.576,50	4.222,76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Julho-Dezembro 2025	Janeiro-Dezembro 2025
Lucro líquido do período	128.825	211.138
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado.....	-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado.....	-	-
Total do resultado abrangente no período	128.825	211.138

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Julho-Dezembro 2025	Janeiro-Dezembro 2025
Atividades operacionais		128.509	211.058
Lucro líquido ajustado			

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Decio Ramos Porchat de Assis
Eliza Harumi Ogawa
Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Jorge Constantino Bernardes dos Santos

Marcelo Luis Alvarez Gaiani
Mariana Plass Rizzo
Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE
Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR
João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3